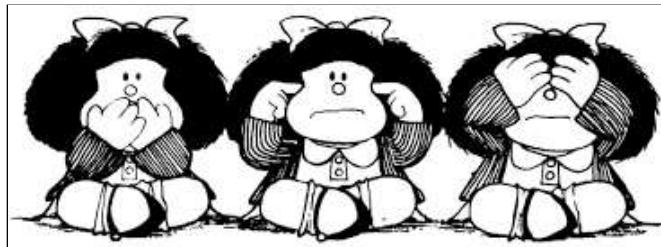


"O Código de Conduta da Eletrobras não é um documento estático, é um compromisso renovado."

E os escândalos na empresa também se renovam!



Segundo o site da nova Eletrobras privatizada, seu programa de Compliance:

"reflete o compromisso da Eletrobras com uma atuação ética, íntegra e transparente, por meio de um conjunto de ações contínuas que visam prevenir, identificar e corrigir inconformidades ou atos ilícitos relacionados a fraudes e corrupção e condutas antiéticas, buscando fortalecer a cultura de ética e integridade, além de garantir o cumprimento das leis anticorrupção por parte de administradores, lideranças, profissionais e terceiros."

Isso na teoria. Na prática sabemos que esse departamento tem um histórico de "vista grossa" e leniência com as ações que envolvem os executivos da companhia.

Por nossas linhas denunciemos inúmeras vezes a atuação da então diretoria da área, Lucia Casasanta, ex-Deloitte, alçada ao cargo pelo então presidente Wilson Pinto Junior. Só sua ligação com a Deloitte, signatária de diversos contratos milionários com a Eletrobras já seria objeto de suspeição e, por conseguinte, avaliação pelo Compliance da companhia. Mas quem o faria?

Durante a gestão de Pinto Junior, sob as barbas de Casasanta, denunciemos diversos atos de inconformidade e condutas antiéticas (algumas até ganharam destaque na mídia) sem que absolutamente nada de ilegal ou imoral ou indevido fosse captado pelo Compliance da Eletrobras que seguiu seu caminho de inutilidade aos princípios destinados à pasta, mas utilíssimos à gestão privatista de Pinto Junior e etc.

Entregue à especulação, a empresa seguiu desvirtuando os caminhos das boas práticas como no caso da indicação de Wilson Pinto Junior ao Conselho de Administração mesmo tendo assumido a presidência da BR Distribuidora, notória concorrente da Eletrobras. Como era de se esperar, nada foi feito pelo Compliance da empresa, apenas as denúncias das Entidades de Representação frearam esse absurdo.

Uma simples leitura do novo Código de Conduta da Eletrobras privatizada deixa claro que trata-se de um código de regras que detém-se ao comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras desenhando o que devem fazer. Caso contrário, cabeças rolarão! Não é assim que funciona no novo sistema de gestão da Eletrobras?

Pois bem, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acaba de acusar o senhor Ivan Monteiro, presidente da Eletrobras, juntamente com outros 10 executivos, de fraude contábil no IRB quando atuava no conselho de administração. Aliás, qualquer semelhança como o caso Americanas é mera coincidência.

Desse modo, senhora Camila Gualda, vice-presidente de Governança, Riscos e Conformidade (ex-Deloitte, também!), o povo quer saber: quais serão as iniciativas da sua pasta para manter a imagem da empresa diante desse escândalo? Segundo o tal Código de Conduta, a acusação ao presidente fere, no mínimo, três dos "princípios éticos" que deveriam pautar a atuação da Eletrobras: II - Profissionalismo; III - Conformidade e IV. - Integridade, não seria o caso de afastá-lo para que lhe sobre tempo para sua defesa ao mesmo tempo em que não fira a integridade comercial da Eletrobras?

De acordo com o próprio presidente Ivan Monteiro, para que seja efetivo, o Código de Conduta deve chegar a todos que estejam ligados ou se relacionem com a empresa. Portanto, para que não seja apenas um amontado de ditames para inglês ver (e a plebe sentir), senhora VP Camila, trabalhe para limpar a barra do presidente, oops, da Empresa. Ou esse será apenas mais um escândalo empurrado para baixo do tapete da sala da vice-presidência de conformidade.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2024.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.